

Tecendo considerações

limites e possibilidades do serviço social no âmbito da política de educação

Eliana Bolorino Canteiro Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, EBC. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Tecendo considerações: limites e possibilidades do serviço social no âmbito da política de educação. pp. 253-264. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

TECENDO CONSIDERAÇÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

“Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.”

(Carlos Drummond de Andrade, 1983)

O processo de construção deste estudo permitiu identificar alguns limites e possibilidades do serviço social no âmbito da política de educação, contradição presente nos espaços sócio-ocupacionais e especificamente nessa área de atuação.

A interpretação da política de educação, seu ordenamento jurídico, suas diretrizes governamentais e as mediações estabelecidas entre sua formulação e a efetivação na prática concreta suscitaram a identificação de espaços potenciais, que podem ser alternativas estrategicamente utilizadas pelo serviço social para a efetivação da educação como direito social.

Os eixos identificados nos aportes jurídicos relacionam-se ao processo de democratização da educação; à prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos; além da articulação da política de educação com as demais políticas sociais.

Diante dessa evidência, a pesquisa teve como objetivo conhecer a prática profissional dos assistentes sociais na política de educação

municipal paulista, para constatar se os assistentes sociais vislumbram essas possibilidades de intervenção e de que forma são concretizadas na prática objetiva.

Deve-se ressaltar que a pesquisa não teve a pretensão de analisar os motivos de cada município para que a experiência do serviço social ocorresse conforme se configuram. Esse tipo de análise, na perspectiva da teoria crítica, envolve o conhecimento dos determinantes políticos, econômicos, sociais do município, o contexto cultural, as instituições; enfim, as condições objetivas, os diferentes determinantes, as mediações e, ainda, o posicionamento ético-político e teórico-metodológico que também incidem sobre a análise, como determinações profissionais.

A pesquisa possibilitou mapear quem são e o que estão fazendo os assistentes sociais que atuam na área da educação pública paulista, retratando um panorama dessa realidade, rompendo com o isolamento desses profissionais e dessas práticas, contribuindo para a constituição de espaços de debate e afirmação da necessidade da intervenção do serviço social nessa política social.

Considerando que ainda não há produção de conhecimentos suficientes sobre a prática profissional do serviço social na área da Educação, na exposição das informações obtidas pela pesquisa deu-se ênfase às experiências exitosas, visando socializar os conhecimentos teórico-práticos, os avanços conquistados pela categoria profissional ao longo do tempo, mesmo que não seja a tônica quantitativamente mais marcante.

Constatou-se que a maior incidência do serviço social na área da Educação paulista concentra-se na educação infantil em decorrência, especialmente, da transferência da creche da política de assistência social para a educação, trazendo consigo os profissionais, assistentes sociais que já atuavam nessa área. Porém, evidenciou-se também que a presença do assistente social na educação infantil facilitou a ampliação do âmbito da intervenção para o ensino fundamental.

O Ensino Fundamental, em consequência de sua obrigatoriedade constitucional, abarca um contingente maior de alunos, além de possuir uma dinâmica institucional mais complexa em decorrência

de suas peculiaridades, condições que exigem dos assistentes sociais uma intervenção articulada com a comunidade. Em menor proporção, há experiências significativas do serviço social na Educação Especial, fazendo parte de equipes multidisciplinares, exemplificando a contribuição que esse profissional pode oferecer no que tange a essa modalidade de ensino.

Com o fenômeno da municipalização das políticas sociais, em consonância com uma das diretrizes apregoadas pela Constituição vigente – descentralização política e administrativa das políticas públicas –, a atuação do serviço social no *locus* municipal tem sido uma tendência dominante. Evidenciou-se na pesquisa que o processo de municipalização da educação, acelerado nas últimas décadas, contribuiu para a inserção do serviço social nessa política social, respondendo a uma gama de situações sociais que afloram no cenário educacional, que é de responsabilidade do município.

Constatou-se haver um descompasso entre os potenciais espaços engendrados no ordenamento jurídico e a prática profissional efetivamente realizada pelos assistentes sociais nos diversos níveis da política de educação municipal que contam com esse profissional.

No que tange ao eixo: *processo de democratização da educação*, a pesquisa evidenciou que há pouco investimento profissional no fortalecimento da participação da comunidade escolar nas instâncias de poder decisório existente na escola pública.

Potencializar ações que visem mobilizar a organização dos sujeitos coletivos representa ampliar as bases de legitimação de um projeto contra-hegemônico a favor dos interesses da maioria. É sabido que os espaços de participação popular existentes nas instituições públicas – no caso da educação, os conselhos de escolas, grêmios estudantis, associações de pais e mestres –, não estão definidos *a priori*, são espaços a serem conquistados, que podem traduzir experiências democráticas, de partilha de poder ou experiências autoritárias.

Os assistentes sociais não exploram suficientemente a proximidade que possuem com as famílias e funcionários para instrumentalizá-los na conquista de seus direitos, por meio da participação efetiva nessas instâncias de poder decisório.

A possibilidade de intervenção do serviço social na relação escola-família, compartilhando decisões e responsabilidades no processo educativo dos alunos, mobilizando mecanismos de cogestão para a construção de uma escola mais democrática, ainda não é, portanto, totalmente explorada pelos assistentes sociais.

A participação democrática, especialmente das famílias e alunos na gestão da escola pública, é uma oportunidade de concretizar um projeto sociopedagógico que corresponda à realidade e aos interesses dos usuários desse serviço público, sendo essa uma das atribuições do assistente social, correspondendo ao projeto ético-político profissional que tem como um de seus princípios a defesa da democracia.

É notório que a gestão democrática das unidades educacionais é um processo em movimento que só se concretizará quando forem rearticuladas e repensadas por instâncias administrativas, financeiras e pedagógicas, que reconheçam o significado político da autonomia como construção contínua individual e coletiva.

Referente ao eixo *prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos*, constatou-se a relevância da dimensão socioeducativa da prática profissional do assistente social no contexto da política de educação, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, destacando-se os educadores e as famílias.

A capacitação dos educadores é uma demanda não só profissional, mas especialmente institucional, visando decodificar o social em seus variados espectros, além das leis e diretrizes que fundamentam a política de atendimento à criança e ao adolescente.

Parcela significativa de educadores reconhece que não está preparada para lidar com o novo perfil de alunos e de suas famílias, de diversos segmentos sociais da escola pública e que traduzem grande diversidade cultural e social; portanto necessitam do aporte teórico para interpretar essa nova realidade social. Além disso, não conseguem efetivar a função social da escola, conforme exigência da política de atendimento à criança e ao adolescente, garantindo a reinserção de alunos vitimizados por questões de abandono ou omissão dos pais ou responsáveis, ou do próprio Estado, e que também expressam por meio da indisciplina e da violência as situações às quais foram expostos ainda tão jovens.

Por sua vez, também tem sido exigido das famílias o desempenho de sua função socializadora, educadora, protetora, passando a ser um ator social central no desenvolvimento dos projetos sociais e especialmente no processo escolar. De acordo com a perspectiva sócio-histórica, a família, inserida no contexto social, sofre modificações objetivas/subjetivas e também encontra-se despreparada, necessitando de suporte para exercer sua função protetora.

A pesquisa identificou que a relação escola-família-comunidade suscita várias questões peculiares ao universo educacional e que demandam a intervenção do assistente social, tornando-se essa uma das particularidades da prática profissional no âmbito da educação, utilizando-se de seus conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Construir a relação de diálogo mútuo entre família/escola nas diferentes etapas de ensino é uma das atribuições do assistente social nessa área, desmistificando concepções, preconceitos cristalizados, idealizados, compartilhando o processo educativo, resguardando as particularidades e especificidades de cada sujeito envolvido.

Essa dimensão educativa do trabalho do assistente social fortalece o processo de organização de uma nova cultura na comunidade escolar, fundamentada nos princípios e valores do pensamento crítico-humanista, que corresponde ao projeto ético-político do serviço social e dos educadores que concebem a educação numa perspectiva crítica.

O serviço social poderá contribuir, nas unidades educacionais, conectando essa realidade particular a um contexto mais amplo, na perspectiva da totalidade, dando visibilidade aos determinantes que incidem sobre aquela determinada comunidade. Só assim será possível romper a alienação que a lógica capitalista impõe aos indivíduos e às instituições.

A ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade social desempenha um papel estratégico na luta pelo atendimento de necessidades e interesses das classes subalternas. Nesse sentido, acredita-se que o assistente social seja um:

[...] intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas na ação de consenso na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituinte: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (Iamamoto, 1998, p.48)

Compondo o trabalho coletivo com pedagogos, professores, famílias, alunos e demais participantes da comunidade escolar, o assistente social potencializa o projeto sociopedagógico daquela unidade educacional ou até da rede de ensino como um todo.

Considerando a desigualdade social presente na sociedade brasileira, a efetivação da ação socioassistencial, estabelecendo uma interface da educação com a assistência social, visando prover as necessidades básicas das famílias dos alunos, torna-se pré-condição para viabilizar o ingresso, regresso e permanência dos alunos provenientes de famílias empobrecidas na escola pública.

A assistência social concretizada pela prestação de serviços socioassistenciais está atrelada à necessidade de *articulação da educação com as demais políticas sociais*, por intermédio das instituições governamentais e não governamentais, sendo esse o outro eixo potencial de atuação do serviço social na educação.

É unânime a realização dessa atribuição do assistente social nas experiências pesquisadas; a diversificação está na intensidade e no grau de politização dessa articulação. Verificou-se que, inseridas no bojo do processo de articulação encontram-se ações que vão desde o encaminhamento aos recursos da comunidade até a efetivação de projetos/programas em parceria com outras políticas sociais.

O domínio que o assistente social possui referente às políticas sociais, sendo esse o espaço privilegiado da atuação profissional, e o amadurecimento teórico da profissão sobre essa temática propiciam ao profissional um cabedal de conhecimentos, os quais podem ser socializados e apropriados democraticamente por todos os elementos da comunidade escolar e politicamente articulados pelo assistente social.

Ressalta-se que essa articulação entre a política de educação e as demais políticas sociais são vias de mão dupla, visto que a nova diretriz da política de atendimento à criança e ao adolescente conclamada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a educação, especificamente a instituição escolar, juntamente com a família são instituições de importância estratégica para efetivar a proteção integral do segmento supracitado.

Envolver, portanto, as instituições educacionais na rede de proteção integral à criança e ao adolescente, bem como a família é essencial para viabilizar a integralidade de ações a estes sujeitos de direito, conforme apregoa a Constituição Federal de 1988, o ECA e a Loas, por meio do Suas.

Nessa direção, salienta-se também a imperiosa necessidade de articular a instituição educacional ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras),¹ proposta pelo Suas, que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, “visando orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (Brasil, 2004, p.36).

Reconhecer a dimensão política do exercício profissional é primordial, compreendendo “que não decorre apenas das intenções pessoais dos assistentes sociais, mas dos condicionamentos histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua” (Iamamoto, 2004, p.11).

Tendo como referência a apreensão da dinâmica da vida social sob a perspectiva da totalidade, cabe aos assistentes sociais estabelecer estratégias coletivas com o objetivo de fortalecer as ações que visem conquistar os interesses da maioria.

Grande parte das práticas profissionais desenvolvidas nos municípios paulistas na área da educação ainda não contempla integralmente essas perspectivas. Pode-se inferir que um dos fatores que contribuem para tal fato é a insuficiência de uma análise mais crítica da política de educação, tanto do seu ordenamento jurídico e das diretrizes gerais

1 Centro de Referência da Assistência Social (Cras): “é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em área de vulnerabilidade social, que abarca um total de até mil famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social” (Brasil, 2004, p.36).

como na interpretação das formas como são objetivadas no contexto contraditório das instituições educacionais.

Outra questão complementar a essa é a necessidade de ampliar os debates entre os profissionais que atuam nessa área, oportunizando reflexões sobre as peculiaridades dessa política e desse espaço sócio-ocupacional, socializando experiências exitosas que ocorrem em diferentes níveis de ensino, relevando as particularidades de cada contexto.

Revelar os limites e as possibilidades do serviço social na política de educação mediante a realidade concreta vivenciada pelos sujeitos assistentes sociais que atuam nessa área tem a intenção de mobilizar o debate, a reflexão dessa temática, articulando coletivamente os profissionais imbuídos do interesse em unir esforços junto aos educadores na luta por uma educação – gratuita, democrática e de qualidade – para todos.

Os estudos sobre essa temática demonstraram que o serviço social no âmbito da educação deve inserir-se de forma ampla e efetiva. Para isso, precisa aprofundar seus conhecimentos em relação a essa política social visando compreender seus meandros, de modo a obter uma visão histórica do seu processo de construção e efetivação prática, facilitando assim o planejamento estratégico da intervenção do assistente social nas diferentes etapas e modalidades de educação.

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção do assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais.

Deve-se ressaltar que a pesquisa abarcou várias questões referentes à relação do serviço social com a educação que, por não serem centrais ao objeto de estudo, não foram aprofundadas, apesar da riqueza de informações, considerando os limites dessa tese. Portanto, fica lançado o desafio para a realização de novas pesquisas, identificando temas que estão implícita ou explicitamente expostos na tese e que demandam estudos mais aprofundados.

O mapeamento, realizado por esta pesquisadora, no âmbito deste estudo, dos profissionais que atuam na área da educação pública municipal no estado de São Paulo precisa ser divulgado com o intuito

de organizar esse segmento na luta coletiva por esse espaço sócio-ocupacional, não apenas no sentido de ampliar o mercado de trabalho profissional, mas especialmente reconhecendo a posição estratégica que essa política social ocupa na construção da cultura como instrumento de emancipação política das classes subalternas.

Durante o processo de construção da pesquisa, a realidade interpretada suscitou algumas ideias “propositivas” que serão descritas a seguir:

- Uma questão fundamental refere-se à função dos órgãos representativos da categoria – conjunto Cfess/Cress – de mobilizar de forma mais incisiva o debate sobre o serviço social na área da Educação, realizando encontros regionais, estaduais, envolvendo a categoria profissional;²
- Ainda, esses órgãos representativos da categoria profissional dos assistentes sociais podem articular-se com os órgãos representativos dos educadores e de instituições que atuam na política de educação, como a União Nacional dos Dirigentes de Ensino Municipal (Undime), esclarecendo as atribuições do serviço social nessa política social, com vistas a ampliar esse espaço sócio-ocupacional do serviço social, e demonstrando ser mais um profissional a aglutinar forças em prol da educação pública de qualidade para todos;
- Refletir junto à Abepss sobre a importância de incluir no currículo mínimo dos cursos de serviço social a discussão da política de educação, em todas suas nuances, além do estudo das concepções de educação, fundamentadas na visão crítica, com o intuito de preparar os profissionais para atuar de forma qualificada nas diversas instituições que operacionalizam essa política;
- Sugerir ao Cfess a realização de uma pesquisa nacional visando mapear a existência do serviço social inserido na política de educação,

2 Nesse sentido, houve a proposta indicativa de criação do Núcleo Serviço Social na Educação na sede do Cress/SP, surgida no II Encontro de Serviço Social na área de Educação, promovido por Limeira, em 29 de junho de 2006, proposta que está em consonância com a criação de uma Comissão Nacional, vinculada ao conjunto Cfess/Cress, para acompanhar aos diversos projetos de lei que tratam do assunto, porém a proposta aqui descrita tem o intuito de reforçar essa ação ampliando o espaço de debate e mobilização da categoria profissional.

nos diversos estados brasileiros, conhecendo o processo de inserção do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais existentes nessa política social;

- Ação complementar, também pertinente ao Cfess e aos Cress estaduais, refere-se à pertinente discussão jurídica e especialmente política em relação à possibilidade de instituir o cargo de assistente social na estrutura das secretarias de educação estaduais para atender a rede oficial de ensino. Nesse aspecto, há registro de alguns estudos que refletem sobre essa possibilidade, porém o conhecimento e a participação da categoria, especificamente os profissionais que atuam nessa área, ainda são restritos. Portanto, o fomento dessa discussão precisa ocorrer, visando à apreciação e à ampliação desses estudos e contribuindo para a formulação de estratégias para a inserção do assistente social também nessa política pública;
- Considerando que a *Revista Serviço Social e Sociedade*, há mais de duas décadas, está presente no debate sobre a profissão e suas relações com a sociedade, e tem assumido a liderança na difusão dos conhecimentos de interesse do serviço social, sugere-se que organize uma edição específica sobre o serviço social na área da Educação, possibilitando a socialização de reflexões teóricas e práticas sobre essa temática.

Essas proposições têm o sentido de explicitar as expectativas dos profissionais de fortalecer e ampliar o exercício profissional nesse espaço sócio-ocupacional, sublinhando o significado político dessa inserção na luta pela educação como um direito social.

É notório o fato de que a educação, no sentido amplo do termo, não é a redenção da desigualdade social, da miséria, da exclusão, pois vivemos numa sociedade capitalista. Porém, compartilha-se o pensamento de Gramsci (1999-2002, p.82) que enfatiza a importância da luta pela educação por meio da construção de uma escola:

[...] que não hipoteque o futuro jovem e não constranja a sua vontade, a sua inteligência, a sua consciência em formação a mover-se dentro de um

trilho com direção pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade.

Não há como ignorar a determinação da estrutura econômica na origem das desigualdades sociais, porém é preciso reconhecer o caráter contraditório das instituições sociais, e especificamente da escola, assumindo o desafio de elaborar, com todos os representantes da comunidade escolar, instrumentos necessários à conquista da cidadania daqueles segmentos majoritários na sociedade que precisam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história.

É evidente que não é no âmbito de qualquer profissão que se encontram todas as respostas para a crise societária em que vivemos. Defrontamo-nos cotidianamente com o desrespeito à vida humana nas mais variadas formas. No entanto, “os assistentes sociais têm algo a dizer, visto que a defesa da igualdade, da liberdade e da justiça passa pela defesa da própria vida humana” (Iamamoto, 1996, p.104). No que tange à contribuição do serviço social à política de educação, considera-se o assistente social um parceiro não suprimível na luta por uma educação emancipatória.

O fortalecimento das instituições educacionais visa, em última instância, garantir a elevação da vida cultural e política daqueles estratos sociais que, antes de obtê-la, são “massa de manobra” dos interesses das classes dominantes.

A posição assumida pela categoria profissional em relação à luta pela legitimação dos espaços institucionais da política de educação deve, portanto, ser, acima de tudo, intransigente, pois a intransigência:

[...] é a única prova de que determinada coletividade existe como organismo social vivo, que possui um fim, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Porque a intransigência requer que cada parte singular seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja pensado e examinado em relação à coletividade. (Gramsci, 1999-2002, p.136)

Diante da sociedade presente, muitas vezes deparamos com o imobilismo, considerado por esta pesquisadora como a estratégia

perfeita na manutenção da ordem estabelecida. Em resposta a essa omissão, finaliza-se com o pensamento de Paulo Freire (2002, p.85), do qual a pesquisadora compartilha plenamente: “[...] o mundo não é. O mundo está sendo [...]. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente [...] caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”.

A luta pela emancipação humana é, portanto, permanente, incessante, construída por sujeitos sociais que acreditam que as pessoas e a sociedade – parafraseando Guimarães Rosa (1995) – “estão sempre em processo de construção” e sempre haverá esperança.